

huc
da
Glória

Centro Social Paroquial

Maria da Glória

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2021

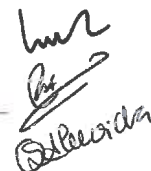
da



Índice

Balanço	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas	4
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios.....	5
Demonstração dos Fluxos de Caixa	6
1. Identificação da Entidade.....	7
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	7
3. Principais Políticas Contabilísticas.....	7
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	12
5. Ativos Fixos Tangíveis.....	12
6. Financiamentos obtidos	13
7. Rédito	14
8. Subsídios do Governo e apoios do Governo	14
9. Benefícios dos empregados	15
10. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	15
11. Outras Informações.....	15
11.1 Inventários	15
11.2 Clientes e Utentes	15
11.3 Outras contas a receber.....	16
11.4 Diferimentos	16
11.5 Caixa e Depósitos Bancários	16
11.6 Fundos Patrimoniais.....	17
11.7 Fornecedores	17
11.8 Estado e Outros Entes Públicos.....	17
11.9 Outras Contas a Pagar.....	17
11.10 Investimentos Financeiros	18
11.11 Subsídios, doações e legados à exploração	18
11.12 Fornecimentos e serviços externos.....	18
11.13 Outros rendimentos e ganhos	19
11.14 Outros gastos e perdas	19
11.15 Resultados Financeiros.....	19
11.16 Acontecimentos após data de Balanço	19





Balção

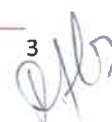
Centro Social Paroquial Maria da Glória

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS		Notas	Datas	
			31-12-2021	31-12-2020
Ativo				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	5	1 699 233,49	1 731 812,94	
Investimentos financeiros	11,10	4 382,38	4 113,45	
Subtotal		1 703 615,87	1 735 926,39	
Ativo corrente				
Inventários	11,1	3 378,74	4 215,52	
Clientes	11,2	10 336,14	8 239,14	
Estado e outros Entes Públicos	11,8	1 046,91	1 469,94	
Outras contas a receber	11,3	34 201,50	52 086,02	
Diferimentos	11,4	792,62	94,00	
Caixa e depósitos bancários	11,5	62 768,48	26 273,00	
Subtotal		112 524,39	92 377,62	
Total do Ativo		1 816 140,26	1 828 304,01	
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos patrimoniais				
Fundos	11,6	184 068,00	184 068,00	
Resultados transitados	11,6	(221 622,30)	(232 273,04)	
Outras variações nos fundos patrimoniais	8	230 181,05	230 605,69	
Resultado Líquido do período		(6 685,23)	10 650,74	
Total do fundo do capital		185 941,52	193 051,39	
Passivo				
Passivo não corrente				
Financiamentos obtidos	6	1 294 892,24	1 187 548,54	
Subtotal		1 294 892,24	1 187 548,54	
Passivo corrente				
Fornecedores	11,7	8 762,39	39 896,45	
Adiantamentos de clientes	11,9	539,00	380,00	
Estado e outros Entes Públicos	11,8	13 410,91	12 518,44	
Financiamentos obtidos	6	205 121,97	233 020,02	
Diferimentos	11,4	12 041,72	-	
Outras contas a pagar	11,9	95 430,51	161 889,17	
Subtotal		335 306,50	447 704,08	
Total do passivo		1 630 198,74	1 635 252,62	
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 816 140,26	1 828 304,01	

SILVA ESCURA, 31 DE DEZEMBRO DE 2021





Demonstração dos Resultados por Naturezas

Centro Social Paroquial Maria da Glória
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	7	352 724,44	342 329,97
Subsídios, doações e legados à exploração	11,11	284 305,33	253 458,84
Variação nos inventários da produção		-	-
Trabalhos para a própria entidade		-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	11,1	(76 733,40)	(89 063,66)
Fornecimentos e serviços externos	11,12	(138 025,83)	(104 162,97)
Gastos com o pessoal	9	(426 712,34)	(407 016,08)
Outros rendimentos e ganhos	11,13	107 870,83	119 162,54
Outros gastos e perdas	11,14	(13 507,97)	(1 308,76)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		89 921,06	113 399,88
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(63 202,59)	(62 909,35)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		26 718,47	50 490,53
Juros e rendimentos similares obtidos	11,15	49,66	-
Juros e gastos similares suportados	11,15	(33 453,36)	(39 839,79)
Resultados antes de impostos		(6 685,23)	10 650,74
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		(6 685,23)	10 650,74

SILVA ESCURA, 31 DE DEZEMBRO DE 2021



Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

Centro Social Paroquial Maria da Glória

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2020

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais					
6	6	184 068,00	-	(199 435,63)	-		241 172,10	(32 837,41)	192 967,06	192 967,06
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
7	7	-	-	(32 837,41)	-		(10 566,41)	32 837,41	(10 566,41)	(10 566,41)
8	8	-	-	(32 837,41)	-		(10 566,41)	32 837,41	(10 566,41)	(10 566,41)
9=7+8	9=7+8	-	-	-	-		-	10 650,74	10 650,74	10 650,74
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO										
10	10	-	-	-	-		-	10 650,74	10 650,74	10 650,74
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO										
6+7+8+10	6+7+8+10	184 068,00	-	(232 273,04)	-		230 605,69	10 650,74	193 051,39	193 051,39
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2019										

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2021

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais					
6	6	184 068,00	-	(232 273,04)	-		230 605,69	10 650,74	193 051,39	193 051,39
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
7	7	-	-	10 650,74	-		(424,64)	(10 650,74)	(424,64)	(424,64)
8	8	-	-	10 650,74	-		(424,64)	(10 650,74)	(424,64)	(424,64)
9=7+8	9=7+8	-	-	-	-		-	(6 685,23)	(6 685,23)	(6 685,23)
10	10	-	-	-	-		-	(6 685,23)	(7 109,87)	(7 109,87)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO										
6+7+8+10	6+7+8+10	184 068,00	-	(221 622,30)	-		230 181,05	(6 685,23)	185 941,52	185 941,52
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2021										

SILVA ESCURA, 31 DE DEZEMBRO DE 2021
O CC

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

Centro Social Paroquial Maria da Glória
Rua do Cruzeiro – Silva Escura
NIF: 501 719 881

Handwritten signatures and initials at the top right of the page.



Demonstração dos Fluxos de Caixa

Centro Social Paroquial Maria da Glória

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2021	2020
<u>Fluxos de caixa das atividade operacionais - método direto</u>			
Recebimentos de clientes e utentes		376 335,93	366 817,87
Pagamentos de apoios		(148,10)	(63,70)
Pagamento a fornecedores		(154 233,19)	(133 863,39)
Pagamentos ao pessoal		(313 261,00)	(275 912,07)
Caixa gerada pelas operações		(91 306,36)	(43 021,29)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(15 322,54)	(13 945,45)
Outros recebimentos/pagamentos		160 529,70	118 501,57
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		53 900,80	61 534,83
<u>Fluxos de caixa das atividade de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(1 638,76)	(11 466,57)
Outros Ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros Ativos		(23 555,72)	
Subsídios ao investimento		-	-
Juros e rendimentos similares		-	-
Fluxos de caixa das atividade de investimento (2)		(25 194,48)	(11 466,57)
<u>Fluxos de caixa das atividade de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		110 000,00	20 000,00
Realizações de fundos		0,11	
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento		718,10	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		6 823,61	(39 293,01)
Juros e gastos similares		(64 839,25)	(12 627,39)
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento		(44 913,41)	(1 041,64)
Fluxos de caixa das atividade de financiamento (3)		7 789,16	(32 962,04)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		36 495,48	17 106,22
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		26 273,00	9 166,78
Caixa e seus equivalentes no fim do período		62 768,48	26 273,00

SILVA ESCURA, 31 DE DEZEMBRO DE 2021

O CC



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,



Anexo

1. Identificação da Entidade

O Centro Social Paroquial Maria da Glória é uma IPSS sem fins lucrativos, com sede na Rua do Cruzeiro, freguesia de Silva Escura, concelho de Sever do Vouga.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2021 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

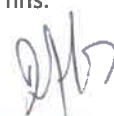
As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.



3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” (Notas 11.3) e “Diferimentos” (Nota 11.4).

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na

localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	3 a 8
Equipamento de transporte	4 a 25
Equipamento administrativo	3 a 8
Outros Ativos fixos tangíveis	3 a 8

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

3.2.2. Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “*Investimentos Financeiros*” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

3.2.3. Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (*first in, first out*).

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.4. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.



Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos directos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

3.2.7. Estado e Outros Entes Públicos



Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *“As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao Diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Não obstante, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se isentos de IRC (artº 9º), por força de um despacho publicado do DR 240 III Série de 18/10/1989 e comunicado pelo ofício 1883 de 18/09/1989 dos serviços de contribuições e impostos do Ministério das Finanças.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

hmr
Ca
Deleante

Outros Ativos Fixos Tangíveis

31 de Dezembro de 2020						
	Saldo em 01-Jan-2020	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2020
Custo						
Terrenos e recursos naturais	142 834,39	-	-	-	-	142 834,39
Edifícios e outras construções	1 965 211,43	-	-	14 094,07	-	1 979 305,50
Equipamento básico	143 678,68	3 102,38	-	-	-	146 781,06
Equipamento de transporte	170 875,12	-	-	-	-	170 875,12
Equipamento administrativo	92 181,82	1 761,70	-	-	-	93 943,52
Outros Ativos fixos tangíveis	21 349,33	-	-	-	-	21 349,33
Investimentos em Curso	-	14 094,07	-	(14 094,07)	-	-
Total	2 536 130,77	18 958,15	-	-	-	2 555 088,92
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	5 696,64	623,94	-	-	-	6 320,58
Edifícios e outras construções	442 467,84	45 001,81	-	-	-	487 469,65
Equipamento básico	81 967,55	5 888,71	-	-	-	87 856,26
Equipamento de transporte	137 032,97	8 076,13	-	-	-	145 109,10
Equipamento administrativo	71 852,31	3 318,76	-	-	-	75 171,07
Outros Ativos fixos tangíveis	21 349,32	-	-	-	-	21 349,32
Total	760 366,63	62 909,35	-	-	-	823 275,98

Outros Ativos Fixos Tangíveis

31 de Dezembro de 2021						
	Saldo em 01-Jan-2021	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2021
Custo						
Terrenos e recursos naturais	142 834,39	-	-	-	-	142 834,39
Edifícios e outras construções	1 979 305,50	19 103,55	-	-	-	1 998 409,05
Equipamento básico	146 781,06	7 158,22	-	-	-	153 939,28
Equipamento de transporte	170 875,12	-	-	-	-	170 875,12
Equipamento administrativo	93 943,52	1 014,46	-	-	-	94 957,98
Outros Ativos fixos tangíveis	21 349,33	-	-	-	-	21 349,33
Investimentos em Curso	-	3 346,91	-	-	-	3 346,91
Total	2 555 088,92	30 623,14	-	-	-	2 585 712,06
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	6 320,58	623,94	-	-	-	6 944,52
Edifícios e outras construções	487 469,65	43 979,75	-	-	-	531 449,40
Equipamento básico	87 856,26	7 092,86	-	-	-	94 949,12
Equipamento de transporte	145 109,10	8 076,13	-	-	-	153 185,23
Equipamento administrativo	75 171,07	3 429,91	-	-	-	78 600,98
Outros Ativos fixos tangíveis	21 349,32	-	-	-	-	21 349,32
Total	823 275,98	63 202,59	-	-	-	886 478,57

6. Financiamentos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Para os períodos de 2021 e 2020 os financiamentos obtidos foram os seguintes:

Descrição	2021			2020		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	65 215,65	1 294 892,24	1 360 107,89	38 575,29	1 187 548,54	1 226 123,83
Locações Financeiras	-	-	-	-	-	-
Outros Empréstimos	139 906,32	-	139 906,32	194 444,73	-	194 444,73
Total	205 121,97	1 294 892,24	1 500 014,21	233 020,02	1 187 548,54	1 420 568,56

gfd


7. Rédito

Para os períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes réditos:

Descrição	2021	2020
Vendas	4 481,14	2 075,47
Prestação de Serviços	348 243,30	340 254,50
Quotas dos utilizadores	346 530,17	329 741,69
Outros	1 713,13	10 512,81
Total	352 724,44	342 329,97

8. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Subsídios

Descrição	2021	2020
Subsídios do Governo	284 178,58	253 458,84
Segurança Social	217 976,95	209 152,31
Autarquias	63 000,00	43 500,00
IEFP	3 201,63	806,53
Fundo socorro social	-	-
Total	284 178,58	253 458,84

Descrição	2021	2020
Subsídios de outras entidades	126,75	-
Total	126,75	-

Subsídios do Governo

Descrição	2021	2020
Subsídios do Governo		
ADRMAG	-	-
Câmara Municipal	-	-
Fundo Socorro Social	134 321,61	130 681,50
CLDS	-	-
Projeto PRODER	95 859,44	99 924,19
Total	230 181,05	230 605,69



9. Benefícios dos empregados

Os órgãos diretivos foram constituídos por 5 membros. Estes não auferiram qualquer verba, quer para remuneração quer para despesas de representação.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2021 foi de 31 e em 31/12/2020 foi de 32.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Benefícios dos Empregados

Descrição	2021	2020
Remunerações ao Pessoal	337 179,81	327 669,39
Encargos sobre as Remunerações	77 570,56	70 285,36
Seguros de Acidentes no Trabalho	3 006,34	3 569,36
Outros Gastos com o Pessoal	8 955,63	5 491,97
Total	426 712,34	407 016,08

10. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

A situação da Entidade perante a Segurança Social encontra-se regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

11.1 Inventários

Descrição	Inventário em 01-Jan-2020	Compras	Inventário em 31-Dez-2020	Compras	Inventário em 31-Dez-2021
Mercadorias	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2 555,16	90 724,02	4 215,52	137 189,05	3 378,74
Produtos Acabados e intermédios	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-
Total	2 555,16	90 724,02	4 215,52	137 189,05	3 378,74
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			89 063,66		138 025,83
Variações nos inventários da produção			-		-

11.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2021 e 2020 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte forma:



Descrição	2021	2020
Cientes e Utentes c/c	10 336,14	8 239,14
Cientes	2 150,00	2 017,50
Utentes	8 186,14	6 221,64
Total	10 336,14	8 239,14

Perdas por Imparidade do período

Descrição	2021	2020
Cientes	-	-
Utentes	-	-
Total	-	-

11.3 Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a seguinte decomposição:

Descrição	2021	2020
Devedores por acréscimos de rendimentos	28 526,39	51 651,84
Outros Devedores	5 675,11	434,18
Total	34 201,50	52 086,02

11.4 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Gastos a reconhecer		
Rendas antecipadas	-	-
Outras despesas	792,62	94,00
Total	792,62	94,00
Rendimentos a reconhecer		
Outros rendimentos	12 041,72	-
Total	12 041,72	-

11.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2021 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2021	2020
Caixa	3 773,09	2 590,52
Depósitos à ordem	58 995,39	23 682,48
Outros	-	-
Total	62 768,48	26 273,00





11.6 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2021	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2021
Fundos	184 068,00	-	-	184 068,00
Resultados transitados	(232 273,04)	10 650,74	-	(221 622,30)
Outras variações nos fundos patrimoniais	230 605,69	12 000,00	12 424,64	230 181,05
Total	182 400,65	22 650,74	12 424,64	192 626,75

11.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Fornecedores c/c	8 762,39	39 896,45
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores faturas em receção e conferência	-	-
Total	8 762,39	39 896,45

11.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1 046,91	1 469,94
Segurança Social	-	-
Total	1 046,91	1 469,94
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1 568,62	1 503,34
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1 582,94	1 407,04
Segurança Social	10 259,35	9 388,56
Outros Impostos e Taxas	-	219,50
Total	13 410,91	12 518,44

11.9 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2021		2020	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	-	-	25 052,47
Remunerações a pagar	-	-	-	25 052,47
Fornecedores de Investimentos	-	3 737,41	-	6 989,46
Credores por acréscimos de gastos	-	91 693,10	-	129 467,24
Outros credores	-	-	-	380,00
Total	-	95 430,51	-	161 889,17




11.10 Investimentos Financeiros

A rubrica "Investimentos Financeiros" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Investimentos noutras empresas		
Outros Métodos	4 382,38	4 113,45
Perdas por Imparidade Acumuladas	-	-
Total	4 382,38	4 113,45

11.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2021 e 2020, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2021	2020
Subsídios do Governo	284 178,58	253 458,84
Segurança Social	217 976,95	209 152,31
Autarquias	63 000,00	43 500,00
IEFP	3 201,63	806,53
Fundo socorro social	-	-
Total	284 178,58	253 458,84

Descrição	2021	2020
Subsídios de outras entidades	126,75	-
Total	126,75	-

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

11.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

Descrição	2021	2020
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	50 627,58	26 948,50
Materiais	9 499,12	13 962,44
Energia e fluidos	40 709,13	34 198,36
Deslocações, estadas e transportes	51,05	53,57
Serviços diversos (*)	37 138,95	29 000,10
Limpeza, higiene e conforto	24 306,25	21 842,67
Seguros	6 218,38	3 217,32
Comunicação	1 345,42	1 592,11
Total	138 025,83	104 162,97

(*) Discriminar as três rubricas de maior valor por ordem decrescente




11.13 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Rendimentos Suplementares	24 940,74	19 609,08
Descontos de pronto pagamento obtidos	50,02	123,01
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	-
Correções períodos anteriores	3 286,58	10 206,18
Imputação sub.invesrimentos	12 424,64	10 566,41
Restituição de impostos	4 979,94	4 804,25
Donativos	61 562,72	73 853,61
Outros rendimentos e ganhos	626,19	-
Total	107 870,83	119 162,54

11.14 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Impostos	95,19	443,38
Correc.per.anteriores	13 029,68	212,67
Donativos	-	77,00
Quotizacoes	235,00	285,00
Apoio a carenciados	148,10	63,70
Multas e penalidades	-	227,01
Dividas imcobráveis	-	-
Total	13 507,97	1 308,76

11.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2021	2020
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	33 453,36	39 839,79
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
Total	33 453,36	39 839,79
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	49,66	-
Outros rendimentos similares	-	-
Total	49,66	-
Resultados financeiros	(33 403,70)	(39 839,79)

11.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2021.



Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Silva Escura, 23 de Maio de 2022

O Contabilista Certificado

David da Silva

O Conselho de Administração

Luís Manuel Spínola Castro

Manuel Aires da Silva

Olga Maria da Silva Almeida

